



## **BIOPOLÍTICAS NO MOVIMENTO DO VIVO: RACIALIDADES, SEXUALIDADES COMO CAMPO DE PROBLEMATIZAÇÃO E DE POLÍTICA CULTURAL**

Alexsandro Rodrigues<sup>1</sup>

Catarina Dallapicula<sup>2</sup>

Maria Aparecida Santos Barreto Correa<sup>3</sup>

### Resumo:

Este trabalho busca tencionar palavras como forma de aprendizado, estranhamento e potência de reflexão da política cultural. Temos percebido que palavras acopladas aos sufixos “ismos e dades” ditas de diferentes lugares, em alguns momentos parecem e dizem a mesma coisa. Percebemos que o uso do sufixo ‘ismo’, ordena-se em torno de posições binárias do constructo da afirmação da identidade (nós) e marcação da diferença (eles). Reafirmamos que os sufixos não são, simples categorias gramaticais, mas, evidentes indicadores de posições de sujeito fortemente marcadas por relações de poder. Se é poder, estamos por dentro dos grupos minoritários, nos movimentos sociais e na academia, disputando-o. Por isso, nossa aposta política direciona-se na problematização das políticas culturais e em sua distribuição.

Palavras-chave: Poder, sufixos, disputas.

---

<sup>1</sup>Professor do Centro da Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades – GEPSs – E.mail: xela\_alex@bol.com.br

<sup>2</sup>Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades – GEPSs – E.mail: cdallapiculla@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora do Centro da Educação. Vice Reitora da Universidade Federal do Espírito Santo – Coordenadora do NEABs/UFES – E-mail: cida67@terra.com.br

## Introdução

Se há uma coisa que me custou muito a compreender e sempre me deixa perplexo é que o nome das coisas importa infinitamente mais do que saber os que elas são. (NIETZSCHE:2006, p.80)

Tencionar as palavras e o nome das coisas, como nos fala Nietzsche, para dizer o dito e o não dito tem sido de grande aprendizado e desafio para aqueles que se põem em movimento na tentativa de estranhar o que tomamos e temos por familiar e que nos parece sempre estar aí como essência. Este tencionamento e estranhamento busca como atitude e tarefa produzir outros sentidos/efeitos para o que conhecemos e compreendemos por realidade [objetiva e objetivada] e para os usos que temos praticado com as “palavramundo”, como tantas vezes nos dissera Paulo Freire (2003). E por serem “palavramundo”, estão, assim como nós, transformando-se e “*mundando-se*”.

Buscando tencionar as palavras no que elas trazem de acontecimento, polissemia e polifonia, apostamos na força do sufixo “dade” indicando [estado, situação, condição] nas palavras/conceitos/demandas da diversidade de sexual, de gênero e racial, por isto, dispositivos políticos a favor da multiplicidade da vida. Estas palavras funcionarão neste artigo como *dispositivo* e fio condutor de discussão e reflexão dos usos do retorno do sufixo “ismo” indicando intenções e princípios: [ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos], que também podem ser contextualizados e problematizados. Para Foucault (2006, p. 244), dispositivo, é um conjunto heterogêneo de elementos, ditos e não ditos, tecidos em redes, que engloba: “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e antropológicas” e assim, o sufixo “ismo” e “dade”, podem ser vistos como dispositivos.

Palavras, conceitos, nomes trazendo para os nossos cotidianos a potência dos sufixos “ismos e dades”, são ditas e repetidas de diferentes lugares e, mediante as posições de sujeitos que as dizem, muitas vezes reverberam efeitos e decisões sobre a vida e a realidade e fica-nos parecendo ser a mesma coisa. A exemplo valemo-nos da invenção da palavra “homossexual” usada num primeiro momento para designar prática sexuais entre iguais. O sufixo “ismo” empregado a esta palavra, marca temporalidades políticas, ideológicas, religiosas, etc e passa a designar esta prática como crime e patologia. Nesta rede de intenções e princípios a prática sexual entre iguais passa a ser perseguida. Numa

sociedade disciplinar, numa relação saber-poder, tudo e todos podem ser corrigidos e ou normalizados, ‘curandeiros’ para perseguir o sufixo “ismo” é o que não faltam.

Compreendendo a força das palavras e do nome das coisas, destacamos no enunciado do título as palavras acopladas ao sufixo ‘dade’ como potência de devires, estado, situação e condição de luta e resistência. O destaque acontece na intenção de problematizar algumas narrativas e biopolíticas que se misturam aos currículos midiáticos, à vida com a educação e os modos de subjetivação que nos interpelam produzindo feitos e efeitos de realidades e subjetividades.

À medida que desenhávamos ao estilo das cartografias uma forma, sem forma para este artigo/ensaio ficávamos pensando em palavras pronunciadas/escritas/repetidas em redes discursivas que ao trazer o tom do ‘politicamente correto’ e do ‘novo’, instituem práticas que misturam e empregam o “ismo” e “dade” como se dissessem as mesmas coisas e produzissem os mesmos efeitos. Tomamos as palavras/conceitos/discursos/narrativas por novos, não pelo seu tom novidadeiro, não por que dito e repetido em diferentes circuitos educativos, “mas no acontecimento de sua volta”. (FOUCAULT: 2006a, p.26).

No retorno do acontecimento e com nossos corpos identificados, ameaçados, expressão de sujeitos e efeitos de poder, porque trazem marcas culturais e expressão pública/política do vivo, nos implicamos e comprometemos com a diversidade sexual, racial, religiosa e de gênero e apostamos na pluralidade do sufixo “dade”, como categoria que só tem por razão a proliferação das diferenças diante da plasticidade das configurações que podem assumir uma vida. Percebíamos e percebemos com os acontecimentos que tomam nossas vidas por referência, de forma dita e não dita o retorno de práticas de guerra, em nossos cotidianos, com o emprego e uso dos “ismos” nos meios de comunicação e na produção cultural.

Por acontecimento Foucault (2003, p.339) diz ser *a* “ruptura das evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas”. Compreendemos então que o acontecimento pode nos servir como uma ferramenta de problematização da vida e de nossa crença no mundo, na medida em que nos permite “reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que em um dado momento, formaram o que em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade”.

Problematizando as palavras e os nomes das coisas que fixam identidades, nas rodas de conversas que puxam conversas e que trazem a presença de muitos, começamos por dentro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades [GEPSs] a fiar de muitos lugares políticos o sufixo [dade], não com a intenção de buscar origens e desvelar seus segredos, mas como dispositivo-força para estranhamentos e conexões. Neste puxar palavras-mundo, dispositivos-força, acontecimentos, fomos percebendo que este sufixo está enredado a temporalidades dos discursos e políticas que na academia costumamos denominar por dimensões críticas e pós-críticas e nos movimentos sociais, por: resistência, sobrevivência, insistência, luta e coragem.

Ao elegermos as posições críticas e pós-críticas como ferramentas de análise, optamos e apostamos em uma atitude epistemológica que vá em direção oposta aos princípios de neutralidade da linguagem de algumas posições científicas e políticas. Princípios de quem, de um lugar de conforto, pratica e produz conhecimento que interessa ao pensamento hegemônico e que neste momento usam o 'ismo', como elemento explicativo, coercitivo e punitivo.

Vale ressaltar que este texto está implicado com a circularidade das afecções que produzimos com as lentes que vemos, julgamos e narramos a vida. Compreendemos por dimensões críticas e pós-críticas as narrativas que se consolidam em ações e em formas de pensar, escrever, julgar, narrar, amar, educar etc, e que colocam em suspeita as estruturas sociais e o *status quo* que ainda hoje tenta formatar a vida sobre os pilares dos sistemas de exclusão, apagamento e eliminação das diferenças. Tomaz Tadeu da Silva (1999: p.16) a este respeito, salienta que: “É precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das críticas e pós-críticas. As teorias críticas e pós-críticas estão preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder”.

Mediante a polissemia das realidades que se desenham com as forças do presente e com a insistência dos que não desistem de insistir em fazer da vida obras de arte, palavras como: racionalidades, mentalidades, culturalidades, colonialidades, nacionalidades, territorialidades, localidades, científicidades, complexidades, diversidades, multiplicidades, sociabilidades, masculinidades, feminilidades, heteronormatividades, homossexualidades, lesbianidades, transexualidades e tantas outras no plural, ganham força no acontecimento e são tencionadas a contar outras histórias.

Estranhar as palavras e os nomes das coisas pode nos ser muito útil no campo da educação junto aos trabalhadores culturais, tendo em vista que as palavras, o nome das coisas e suas representações são temporais e funcionam em cadeia construindo efeitos de realidade. Vanderlei Gianastacio (2012) estudioso da língua portuguesa, buscando compreender o uso do sufixo “ismo”, fala nos que: “este sufixo não era objeto de estudo nas gramáticas de língua portuguesa entre os séculos XIV e XVIII”, por isso não tinha a importância que passou a ter em tempos posteriores. Este pesquisador valendo-se de Antônio Houaiss (2001), temporiza seus efeitos e nos diz que foi a partir dos séculos “XIX e XX, que seu uso se disseminou para designar movimentos ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos, através dos nomes próprios representativos, ou de nomes locativos de origem [...]”. Designando coisas, práticas e sujeitos chegamos aos usos dados pelas ciências disciplinares para criminalizar e patologizar práticas individuais que foram acopladas ao sufixo “ismo”. Ao buscar ordenar os sujeitos no mundo numa relação permanente saber-poder e *moralismo*, fixando-os com o sufixo “ismo”, disciplinando corpos e desejos e regulando a população, práticas foram e são criminalizadas e vidas patologizadas. Por moralismo, estamos compreendendo “um conjunto de valores e de regras de condutas que são propostas aos indivíduos através de aparelhos prescritivos” e a gramática exerce também esta função. (FOUCAULT: 2004, p.2011). O indivíduo, o comportamento sexual considerado desviante [perversão], gênero [histeria], e raça [sangue] se entrelaçam e são entrelaçados em elementos ideológicos, de “doutrinação” e exclusão.

Foucault, já nos ensinara que foi somente a partir do século XIX, que a sexualidade ganhou importância no eixo saber e poder [disciplina e regulação] e a categoria homossexual/ homossexualismo fora inventada para dar nome às práticas e comportamentos sexuais entre iguais que não reafirmavam um princípio moralista burguês. Mais que isso, esta representação fez parte de um movimento geral, impulsionado pelas práticas legais e pela categorização médica, jurídica e psiquiátrica do século XIX. Ou seja, só se é possível produzir efeitos de verdades sobre os indivíduos e suas práticas à medida que a eles, damos um nome e uma essência. O nome passa a ser a coisa e se torna sua essência. Percebemos que o sufixo ‘ismo’, juntando-se a palavras, conceitos, categorias, discursos, representações e efeitos de realidades, ordenam-se em torno de posições binárias do constructo da afirmação da identidade (nós) e marcação da diferença (eles). Ou seja, no eixo inclusão [nós] e exclusão [eles]. Silva (2005, p. 82) pondera que: “Os pronomes nós e

eles não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições de sujeito fortemente marcadas por relações de poder”. Reafirmamos com Silva que os sufixos “ismo” e “dade”, não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições de sujeito fortemente marcadas por relações de poder. E se é poder, estamos disputando.

Na direção do acontecimento e daquilo que nos toca enquanto sujeitos políticos [efeitos de poder], ocupando posições de sujeitos, vamos percebendo o uso e a mistura de sufixos objetivando dizer a mesma coisa e afirmar tantas. Nesta direção do estranhamento abrimos a conversa.

## **IMPLICAÇÕES DE UM GRUPO E AÇÕES POLÍTICAS INTERESSADAS**

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades [GEPs], instituído no Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo em agosto de 2010, se organiza como tentativa de responder e provocar por dentro da Instituição de Ensino Superior as necessidades e expectativas reprimidas da diversidade sexual, de gênero e racial. Constituindo-se na perspectiva dos movimentos sociais, o que nos une enquanto grupo são os nossos interesses com discursos e práticas que reverberam no campo dos Direitos Humanos e na desconstrução do poder de uns sobre outros, de uma classe sobre outras, de raça sobre raças, de gênero sobre gêneros etc, e os processos educativos e culturais.

O grupo, deste então, vem se fortalecendo com suas aprendizagens e experiências e se tornando um canal aberto ao diálogo profícuo com as diferenças, nossas diferenças/outridades e com identidades/mesmidades, que por um determinado momento possam ser fazer presentes e assumir, enquanto dimensão política e pública na disputa por bens simbólicos e materiais.

Afirmamos que a mesmidade e a outridade não são nunca, inocentes, elas trazem marcas/traços e efeitos de poder. Precisamos assumir com Silva (2000, p.79) que: “A mesmidade ou a identidade portam sempre o traço da outridade ou da diferença”. Neste diálogo aberto a irrupção e a presença de nossa outridade, “diferença que difere sempre de sim mesma” aos modos de Carlos Skliar (2003), tem se potencializando como trabalho do grupo [não como captura] outras possibilidades de existir e com o conhecimento que contribuam com os processos formativos dos profissionais da cultura. A outridade nos

interessa ser pensada como linha do horizonte e adiamento: quanto mais aproximamos, mais ela se distancia e por isso, é adiada. A outridade nos ajuda a pensar/desejar o outro como: “Um outro inalcançável, irreduzível, efêmero em seu significado, inabordável, que se distancia em seu mistério, com seu mistério”.(SKLIAR:2003,P149).

Nestes dois anos de constituição do grupo, compreendendo-o como “comunidade compartilhada de aprendizagens” e de afetos, temos tido a preocupação com o exercício e uso do poder, seja no campo da militância nos movimentos sociais, nos usos dos discursos, nos embates e aprendizagens dos alunos da graduação, pós-graduação e tantos outros que circulam pelo grupo, como centro de transmissão de poder. Esta preocupação desenha o rigor metodológico de nossos modos de funcionamento, como potência de cuidado não tutelado de uns com outros, com os que chegam para ficar e com os que por ali passam movidos pela curiosidade, pela amizade, por histórias e desejos que não necessariamente são validados no/com o grupo. Foucault (2006, p. 183) a respeito dos usos do poder afirma que: “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede”.

Se o poder, como afirma Foucault, passa pelos indivíduos/sujeitos como centros de transmissão, produzindo efeitos de acontecimentos, é justamente sua força sobre os indivíduos/sujeitos que faz com este grupo de maneira inventiva e produtiva se movimente: política, estrategicamente e astuciosamente. Este movimento instituinte acontece nas artes da luta, como tentativa de responder e ou problematizar as forças e os efeitos deste ou daquele tipo de poder que age sobre o indivíduo e a população. Estas tecnologias de poder aos modos de Foucault podem ser denominadas por poder disciplinar e biopoder e são potências que funcionam em conjunto na governamentalidade do vivo. Neste sentido, os currículos mediáticos funcionam e em muitos casos estão a serviço destas redes de poderes, produzindo formas de endereçamentos e agenciamentos dos sujeitos em seus processos educativos e constitutivos.

Precisamos ressaltar que os currículos mediáticos distribuídos em diferentes enunciados/dispositivos/economias [jornais, novelas, filmes, desenhos anúncios, leis, livros didáticos, discursos pedagógicos, medicina, arquitetura, direito e em tantos outros, funcionam e põem a funcionar ações de governar, de controle e vigilância sobre os fenômenos populacionais. Segundo Foucault (2005, p.297), desde o fim do século XVIII,

são introduzidas no controle do vivo duas tecnologias, uma “[...] em que o corpo é individualizado como organismo dotado de capacidades e, [...] uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto”.

De forma sorrateira dissemos que o grupo de pesquisa [GEPSs] funciona estrategicamente nas artes da luta, como forma de combater os fascismos [amor ao poder] que se infiltram e são produzidos em nossos cotidianos. A este respeito, André Duarte (2009: p.39), valendo-se de Foucault (1994), salienta que em nossa atualidade pós-totalitária, o fascismo precisa ser problematizado e tencionado como aquilo “que está em todos nós, que acossa nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa coisa que nos domina e nos explora”.

A proposta de Foucault para uma vida bela e ação política, operacionaliza-se em nossas redes cotidianas [cuidados de si] e acontece também nos enfrentamentos das atrocidades ditas e não ditas nos/dos/com os dispositivos das biopolíticas. Estes dispositivos, capilaridade de poder das biopolíticas estão distribuídos como força da população. Em defesa de uma não contaminação desta população, práticas e discursos fascistas tentam abafar a proliferação das diferenças, usando como justificativa o medo de contaminação de uma pretensa pureza identitária.

Não falamos mais de uma idéia de poder representado e posto sobre o status da herança e do desejo do povo nas mãos e no exagero de governamentalidade do soberano que possuía/possui o direito de deixar viver e/ou morrer. Mas de um poder distribuído entre aqueles que amam uma forma de poder autoritário e que corroboram com a afirmação e desejo pela tão sonhada, requerida e prometida identidade, seja ela: racial, sexual, de gênero etc. Em nome desta pureza, identidades outras, identidades com ‘ismos’, produzidas nas descontinuidades da história, são apagadas, mortas, agredidas, aniquiladas, silenciadas, desterritorializadas, despatriadas, desracializadas, dessexualizadas, desgenerizadas etc.

Nessa rede de poder, todos aqueles que escapam, contam outra história e não reiteram essa ordem, são e podem se tornar alvos de um desejo desenfreado de normalização. Em nome dessa conservação paradoxal da vida, da população e de uma identidade mais pura e mais sadia, rac‘ismos’ vêm sendo alimentados por práticas fascistas que recorrentemente ganham as telas das TVs e outros meios de comunicação/informação e denúncia. Fica parecendo que o poder do soberano, permanentemente está sendo reiterado



e, em sua reiteração, a ativação do racismo [direito de matar e de deixar viver] ganha destaque em nossas vidas e nas cidades.

Em Defesa da Sociedade, Foucault (2005, p. 306), alargando a discussão do racismo como dispositivo do biopoder chama nossa atenção para o fato de que o “racismo é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização”. No racismo: “quanto mais indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”.

Podemos perceber que o racismo vai além das ideias justificadas da morte pelo evolucionismo e do biologismo que sustentou ideologias e regimes políticos. O racismo, direito do soberano em tirar a vida, atinge e solapa o direito de viver de: crianças, doentes mentais, mulheres, homens, negros, índios, velhos, deficientes, homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais, sem tetos, sem terras, sem cidadania e a multiplicidade do vivo que se recusa a assumir uma forma já dada. Por tirar a vida, não compreendemos o limite do assassinato direto, mas suas formas indiretas e a multiplicação dos riscos, rejeição e exclusão.

O Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidades [GEPSs], está politicamente comprometido em confrontar “todas as formas de fascismo, desde aquelas colossais, que nos rodeiam e nos esmagam até aquelas formas pequenas que fazem a amena tirania de nossas vidas cotidianas” (DUARTE: 2009, p.40). A proposta implicativa e interventiva de trabalho deste grupo [GEPSs] vai em direção a encontrar na descontinuidade do acontecimento os dispositivos e as forças-poderes que nos limitam e nos impedem do direito de viver, uma [porque nossa] vida criativa como obra de arte, e a potencializar modos-formas de viver uma vida não-fascista que perpassam domínios racial, sexual e de gênero.

Pensar a sexualidade, de gênero e racialidades como domínios de saber-poder das biopolíticas e suas formas de regulamentação, torna-se extremante importante, uma vez que em seus enunciados encontramos elementos de sustentação de práticas do racismo, que imprime uma marca de superioridade, hierarquia, classificação e divisão. Como Foucault (2005, p. 307) precisamos re-lembrar que: “O racismo vai se desenvolver primo com a colonização, ou seja, como genocídio colonizador” e epistemicídio, por isso justificável e aceitável.

Por outras vias e com outras lentes, este projeto colonizador cotidianamente nos atravessa produzindo acontecimentos que justificam o direito de matar e, a(s) sexualidades e as questões de gênero(s) e raciais tramam-se de forma sorrateira e visível neste projeto purificador/homogeneizador. Ou seja: “somos suspeitos de um crime perfeito” e, na aceitabilidade da morte como forma de defesa de uma pretensa pureza biológica, cultural, de gênero, de raça, religiosa, dentre outras, transitamos e produzimos afecções nas redes de saberes e poderes sobre a vida.

Reiteramos como foco de atenção que a sexualidade, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, adquiriu domínios de poder e saber de uns sobre outros, como disciplina e controle e que seus domínios se projetam como modos de aplicação sobre o corpo e a população. Por tanto e para tanto a sexualidade como discursos e enunciados que produzem efeitos de subjetividades se entremeia nos corpos individualizados, dóceis, produtivos e consumidores e se liga aos domínios da população desejante de inclusão e pertencimento. Muitos de nós queremos ser e estar contemplados neste projeto e, assim, ativamos estes domínios em redes desejantes. Não é só o corpo objeto de investimento de tecnologias/saberes/poderes disciplinares que está na pauta das biopolíticas, mas a população com suas taxas e estatísticas de natalidade, morbidade, saúde global, seguridade, identidade, territorialidade etc. Nas biopolíticas, o poder de regulamentação consiste em fazer viver mais e em deixar morrer quando julgar preciso.

Nesta empreitada onde o pensamento não se espreguiça e encoraja, vale perguntar: quem são os sujeitos que têm perdido o direito de vida e a vida? Não precisamos fazer grandes esforços para saber de qual parcela da população estamos falando. Como tentativa em continuar respondendo nossas indagações, em poucas palavras dizemos ser os sem cidadania: negros, índios, mulheres, crianças, pobres, sem terras, sem documentos, sem tetos, sem seguridade, em condição de rua, gays, lésbicas, transexuais, transgêneros e uma massa da população que não compartilha com o consumismo ideológico e com uma forma de capital.

Nas biopolíticas toda a sociedade, por isso a multiplicidade da vida, precisa ser exposta ao risco da contaminação e da morte pela ameaça que representa a presença do outro, do diferente, do estranho, do anormal. Nas biopolíticas onde as diferentes formas de racismos se justificam como direito do soberano, o policiamento espontâneo [uns sobre os outros] e a visibilidade dos comportamentos se exercem pela distribuição das pessoas nos

espaços com seus princípios e rituais de normalização e efeitos da vontade de verdade. “A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação”. (FOUCAULT, 2005: p.302). Talvez nesta articulação com as organizações e distribuição das pessoas nas cidades é que a sexualidade a partir do século XIX tenha ganhado tanto destaque no eixo saber poder [corpo-população] e estratégia capital no eixo disciplina e regulamentação.

Pensando a vida como campos de subjetividades atravessadas por forças culturais, por isso políticas e que muitas vezes desconhecemos seus enredos de produção, o Grupo de Pesquisa em Sexualidades [GEPSS], focando a pergunta permanente em que ‘estamos nos transformando’, emprega seus esforços e trabalhos nos produtos culturais mediáticos e naquilo que fora curricularizado pelo cinema como política cultural.

Tal ação não se deu ou se dá a mercê de nossos ingênuos interesses de militantes e acadêmicos apaixonados pelo tema da diversidade e dos direitos humanos. Fomos provocados por acontecimentos culturais e políticos que nos meios de comunicação ao longo de 2011, atravessavam, desconsideravam, subalternizavam e desqualificavam uma história no plural, de lutas e conquistas para educação e para a diversidade sexual. No eixo saber-poder, gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros etc, têm sido aliados de conquistar a longevidade escolar pelo viés da política cultural. Vale ressaltar com Giroux (2003, p.19) que os trabalhadores culturais críticos, precisam estar conscientes para o fato de que a cultura tornou-se ‘força pedagógica por excelência’. Este autor ainda reforça: “Como força pedagógica, a cultura reivindica certas histórias, memórias e narrativas”.

## **POR UMA PEDAGOGIA CRÍTICA E PERFORMÁTICA: A CULTURA DA MÍDIA COMO MÁQUINA DE ENSINAR**

Imagens massificadas preenchem nossas vidas cotidianas e condicionam nossos mais íntimos desejos e percepções. GIROUX: 2003, p. 128)

O uso no meio escolar da pedagogia crítica e suas imbricações com uma pedagogia subversiva e performática como lente de análise dos textos midiáticos e de seus modos de endereçamento, a partir da leitura de obras audiovisuais a nós se apresenta como currículo que visa promover a fixação de identidades normativas, reguladas e regulamentadas. Pelos currículos dos textos fílmicos das máquinas de ensinar, projeções de sujeitos estão sendo

ativadas pela magia das imagens e narrativas que nos contagiam e nos captura numa determinada visão de mundo limpo das dimensões políticas e das desigualdades. Um campo de sonhos, de lendas, de fantasias, imagens e mensagens põem em funcionamento o consumo de bens materiais e simbólicos, ativando uma cidadania privatizada pelas malhas de captura do entretenimento. Consumimos nestas produções de entretenimento não somente narrativas e imagens, mas também artefatos produzidos com personagens de animações e seus cenários que nos encantam e nos remetem ao mundo prometido da imaginação e das histórias de uma moral que muito bem conhecemos e que valoramos.

Nelas, cada coisa está no seu lugar e se são mudadas, bagunçadas é a partir do campo da tolerância e benevolência da personagem principal. A lógica binária do isto ou aquilo é permanentemente ativada nestes currículos fílmicos e de animação, com seus pares que nos posicionam em condições desiguais entre: soberano-plebe, bondade-maldade, beleza-feiura, juventude-velhice, riqueza-pobreza, fada-bruxa, branco-negro, cristão-não cristão, normal-anormal, igual-diferente, gordo-magro, eficiente-deficiente, humano e não humano. Assim seguem costurando representações que interessam aos dispositivos normalizadores e moralizadores, capturando-nos em suas malhas de poder.

Para os sujeitos cidadãos privatizados pelo capital, viagens, roupas, brinquedos, acessórios, maquilagens, máscaras, perucas, tênis, bonés, materiais escolares e uma multiplicidade de produtos e souvenirs são vendidos e consumidos pelos incluídos nas redes do capital/consumo das grandes corporações culturais. E os outros, os que não são contemplados, quem poderá representá-los? Como trabalhadores culturais precisamos ficar atentos a esta política que monopoliza e limita possibilidades pedagógicas e políticas com a cultura. No Brasil e não só, isto é visível com as mega-organizações que controlam, produzem, informam e vendem os currículos/produtos/desejos e fragmentos que interessam ao capital e a uma forma de ideologia.

A pedagogia crítica e pós-crítica, opções teóricas e metodológicas perseguidas neste trabalho, ajudam-nos a suspeitar dos discursos que circulam como currículos naturalizados. Estas ferramentas teóricas e políticas potencializam no acontecimento, problematizações das estruturas de poder nos currículos midiáticos desvelando em seus modos de endereçamento práticas excludentes e reiterantes do que sempre nos pareceu aí estar.

Nesta direção, este trabalho buscou problematizar os efeitos de realidades que diferentes discursos e enunciados assumem em nossas vidas como produção cultural e

como política de vida. Como trabalhadores culturais, comprometidos com o empoderamento de nossos alunos gays, lésbicas, mulheres, negras e brancas e não só, precisamos nos posicionar politicamente com as histórias que contamos aos nossos interlocutores culturais e estar dispostos a “expor e a desafiar as desigualdades grotescas e a opressão intolerável do momento presente”. (GIROUX: 2003, p. 160).

Nos rastros de Giroux, investimos numa prática performática que se concretiza em nossos cotidianos praticados na emergência do acontecimento. Uma prática performática é interventiva, interativa, intercultural, não conformista e destruidora das evidências dos conformismos que nos produzem e nos agenciam deste ou daquele jeito. Pensando a política cultural e a prática pedagógica como política cultural pública em seu caráter performático, Giroux (idem: p.169), nos ajuda a concluir este texto dizendo que “o poder opera dentro e por determinadas esferas culturais, de modo a tornar algumas representações, algumas imagens e alguns símbolos, dentro de certas condições políticas, mais valiosas do que outras como representações de realidade”.

Como trabalhadores culturais, comprometidos com os processos de formação e constituição de sujeitos e subjetividades, precisamos permanentemente, na ordem do acontecimento, problematizar dispositivos-forças que moldam nossas compreensões de realidade a partir de uma determinada configuração sexual, racial e de gênero. Nestas problematizações devemos estar/ficar em estado/condição de alertas para as redes de saberes e poderes que valoram determinadas formas de existências, identidades, comportamentos, histórias, imagens, mensagens em detrimentos de outros.

Precisamos perseguir fios, técnicas e tecnologias dispersas que fazem com que discursos, ideologias e práticas sejam tencionadas no sentido de contar outras histórias com aqueles que por muitos motivos, foram inventados como outridade e estão transitando de forma desigual nas relações de poder. O sentido de alerta, como ação cultural politicamente comprometida com a vida, convoca-nos a perceber os sentidos e significados que encharcam nosso cotidiano, nos fazendo apegar e amar o poder com tanta intensidade. Precisamos intencionalmente mobilizar forças diferentes, histórias diferentes, imagens e mensagens diferentes das produzidas por circuitos reduzidos e hegemônicos de informação e conhecimento.

Tomando o pedagógico como ação política, subversiva, performática, comprometida com a vida e com expansão da vida é que a educação e os trabalhadores

culturais ainda têm muitas histórias a contar, praticar, inventar, contextualizar. Por acreditar na construção e desconstrução de histórias e das realidades que alijam o direito a vida, continuamos desconfiados com “o que e quem, estamos nos tornando” entre narrativas, imagens, mensagens, dispositivos, acontecimentos, endereçamentos, saberes e poderes.

## TEXTOS CONSULTADOS

DUARTE, André. *Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo*. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ELLSWORD, Elizabeth. *Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Nunca formos humanos: nos rastros de sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ESCOSTEGUY, A. C. D. *Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV – Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ditos e escritos IV – Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 22.ed. Rio de Janeiro Graal, 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 13 ed. São Paulo, Edições Loyola, 2006a.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. 45.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 2003.

GIANASTACIO, Vanderlei. O sufixo – ismo na história das gramáticas da língua portuguesa e sua produtividade a partir do dicionário de língua português Antônio Houaiss. In: <http://www.usp.br/gmhp/publ/GiaA1.pdf>. Acesso: 11/03/2012.

GIROUX, Henry A. *Atos impuros: a prática política dos estudos culturais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HALL, S. et al. *Da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

HALL, S. *The rediscovery of ‘ideology’: return of the repressed in media studies*. In: GUREVITCH, M.; BENNET, T., CURRAN, J. e WOOLLACOTT, J. (orgs.), *Culture, Society, and the Media*, London: Methuen, 1982, 56-90.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

NIETZSCHE, Friederich. *A gaia ciência*. São Paulo: Escala, 2006.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas – 19 ed.* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4.ed. São Paulo: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Documentos de identidades: uma introdução as teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais*. 4.ed. Rio de Janeiro: 2005.

SKLIAR, Carlos. *Pedagogia improvável da diferença: e se o outro estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.